



Com a palavra o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, o presidente da Comissão do Esporte, Mécio Marinho, e o secretário-executivo do Ministério do Esporte, Ricardo Leyser

Comitê Olímpico Brasileiro e Ministério do Esporte enumeram legados dos Jogos Olímpicos

O presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, e o secretário-executivo do Ministério do Esporte, Ricardo Leyser, apresentaram no dia 27 de maio, na Comissão do Esporte da Câmara, os principais legados da realização das Olimpíadas no país. O deputado Mécio Marinho (PRB/BA) presidiu a audiência pública.

Entre os legados que o Rio de Janeiro deixará, Nuzman considera que o Brasil vai se tornar uma potência olímpica, com atletas, treinadores e gestores de ponta.

A respeito das instalações esportivas que estão sendo construídas, como o Parque Olímpico da Barra da Tijuca e o Parque Olímpico de Deodoro, o presidente do COB garantiu que os espaços serão utilizados por atletas brasileiros de alto rendimento, sendo que parte do complexo esportivo de Deodoro será entregue à população para a prática de esportes radicais.

Em contrapartida, a meta de despoluir 80% das águas da Baía de Guanabara, onde as provas de vela serão realizadas, não será atingida. Segundo Nuzman, isso não vai interferir no sucesso ou não dos jogos olímpicos. "Não podemos transformar a Baía de Guanabara em um ícone de sucesso ou não dos jogos. Como atleta eu já competi no mundo inteiro em locais extremamente diferentes, mas que sempre foram iguais para todos os atletas. A Baía de Guanabara já sediou dezenas de campeonatos mundiais com os mesmos atletas, com a mes-

ma água e com a mesma situação."

De acordo com Nuzman, os atletas estrangeiros não querem competir na baía não por causa da poluição, "mas sim porque os atletas brasileiros conhecem melhor as correntes e os ventos".

Outro legado importante é o fomento do esporte de base no Brasil. De acordo com o secretário-executivo do ministério do Esporte, Ricardo Leyser, centros esportivos para jovens atletas já estão em funcionamento em diversas partes do país, por meio da Rede Nacional de Treinamento, programa coordenado pelo Ministério.

Integrante da comissão do Esporte e ex-atleta olímpico, o deputado João Derly (PCdoB-RS) espera que as ações que têm ajudado o desenvolvimento do esporte no país, não parem após a realização dos jogos. "A preocupação com o legado é fundamental, e a minha grande preocupação não é com o legado que vai ficar para a cidade em relação à mobilidade e obras de estrutura. Claro que isso é importante, mas me preocupo mais com o fortalecimento da cultura esportiva, que é um objetivo tangível, e também que por meio de lei se consolide o esporte como uma política pública pilar do país".

Ao se tornar sede das olimpíadas, o Rio de Janeiro automaticamente se compromete em também realizar os jogos paralímpicos de 2016. Por isso, os praticantes atuais e futuros da modalidade também foram beneficiados. Em agosto

deste ano será inaugurado, na cidade de São Paulo, o Centro Paralímpico Brasileiro, que servirá como local de treinamento para atletas, de todas as faixas etárias, que tenham algum tipo de deficiência física.

Na opinião de Nuzman, o Brasil ter conquistado o direito de ser sede dos jogos olímpicos já é o maior legado para o país e para a cidade do Rio de Janeiro. "Isso entra para história, e a história será a responsável por desenvolver todo esse momento histórico do nosso país".

Texto: Agência Câmara

ESCALAÇÃO

Audiência pública debate os preparativos para os Jogos Paralímpicos Rio 2016 [pág.2](#)

Dep. JHONATAN DE JESUS participa do Ping-pong [pág. 2](#)

A preparação da delegação brasileira para os próximos megaeventos esportivos foi assunto de debate na CESPO [pág. 3](#)

Artigo dep. SILVIO TORRES [pág.4](#)



Audiência Pública debate os preparativos para os Jogos Paralímpicos Rio 2016



Com a palavra Ricardo Avellar, ao lado deputado João Derly e Andrew Parsons

No dia 26 de maio aconteceu a audiência pública conjunta da Comissão do Esporte e Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre os preparativos dos Jogos Paralímpicos Rio 2016.

Participaram da mesa de debate o diretor do Departamento de Excelência Esportiva e Promoções de Eventos do Ministério do Esporte, Ricardo Avellar, o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Andrew Parsons, e o gerente de sustentabilidade e acessibilidade da Empresa Olímpica Municipal, Luiz Pizzotti.

Em nome do ministro do Esporte, George Hilton, o diretor Ricardo Avellar

afirmou que a instituição faz questão de priorizar o atleta, que é o ator do esporte. "Todos os nossos esforços estão voltados para que os atletas paralímpicos brasileiros tenham as melhores condições para exercer a sua atividade esportiva", disse.

O Ministério do Esporte tem trabalhado com um tripé fundamental para que o esporte siga com continuidade, legado e resultados. As modalidades precisam ser estruturadas, necessitando de ampliação de suas práticas esportivas e da garantia de que haja uma rede de centros de treinamento ou instalações esportivas para que o esporte siga em desenvolvimento.

De acordo com o Comitê Paralímpico Brasileiro, a meta de resultados do Brasil é ficar entre os cinco melhores colocados no quadro de medalhas paralímpicas nos Jogos Rio 2016. "A curva de evolução da delegação brasileira nas últimas edições dos Jogos é uma curva ascendente. Saímos da trigésima segunda posição,

em Atlanta, para a sétima posição nas Paralimpíadas de Londres. Alcançamos em 2012 a nossa meta pré-definida, e os nossos atletas conquistaram 43 medalhas", afirmou Andrew Parsons.

Luiz Pizzotti apresentou o trabalho de interlocução da Empresa Olímpica Municipal com o Comitê Organizador dos Jogos, a Autoridade Olímpica e o Governo do Rio de Janeiro, dedicado ao projeto e à construção dos complexos da Barra da Tijuca e de Deodoro, que receberão competições dos Jogos Rio 2016. "Não tratamos apenas da preparação do evento paralímpico, e sim dos Jogos Rio 2016, pois preparamos a cidade como um todo, que, além de receber os atletas paralímpicos, receberá o público com necessidades especiais nos dois momentos: das Olimpíadas e Paralimpíadas", apontou.

O deputado João Derly, que presidiu toda a audiência, finalizou o debate com a seguinte mensagem: "o esporte na vida das pessoas com deficiências oportuniza e restaura vidas, pois introduz a felicidade novamente por meio da prática esportiva".

Deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR)



1) O senhor é autor do requerimento (nº 49/15), aprovado pela Comissão do Esporte, que cria uma delegação para acompanhar as investigações nos EUA por suposto esquema de corrupção envolvendo o atual vice-presidente da CBF. Quais as expectativas para essas diligências?

Uma operação dessa natureza, realizada pela justiça americana, levada a cabo no exterior, pode trazer consequências imprevisíveis ao futebol brasileiro e à imagem do país na área do esporte. Por isso, é fundamental o acompanhamento do parlamento brasileiro para avaliar a dimensão do caso em investigação, bem como os reflexos que os desdobramentos

do processo terão no país. A avaliação da matéria pelos parlamentares, além de trazer os esclarecimentos necessários à sociedade, poderá colaborar com eventuais ações no Brasil sobre esse tema, especialmente por ter como um dos focos a Copa de 2014, realizada no Brasil, cujo envolvimento político ocorreu em larga escala. Nós, membros do parlamento brasileiro, temos o dever de observar de perto essas investigações e de oferecer à sociedade brasileira um panorama verídico, sem especulações.

2) O senhor acredita que está na hora de o futebol brasileiro passar por mudanças? Que mudanças são necessárias?

Esse é um momento estratégico para o futebol como um todo. O mundo do futebol descobriu que a FIFA não funciona mais da forma em que está organizada. E no Brasil, esperamos ver esses reflexos alcançando as organizações desportivas brasileiras e que sejam percebidos pelos amantes do bom futebol. Todos sabemos que, mesmo com várias denúncias de casos de corrupção, a justiça brasileira nunca entrou a fundo nesses casos, nem contra a CBF, nem contra nenhum de seus dirigentes. Foi preciso que o FBI entrasse com uma ação internacional para que todos finalmente aceitassem que na CBF também há

corrupção, que na FIFA não é diferente, e da mesma forma em várias outras instituições do esporte por todo o mundo. Agora é hora de levantarmos os dados dessas investigações, é o momento certo de trazermos para a pauta do Congresso Nacional todos esses casos de corrupção e oferecermos um debate produtivo que possa trazer à tona fatos que funcionarão como base para que os outros poderes entrem em ação.

3) O Ministério do Esporte tem um grupo de trabalho atuando para formalizar um projeto de lei sobre o Sistema Nacional do Esporte. O que o senhor espera desse texto que chegará ao Congresso até setembro?

O ministro do Esporte, George Hilton, vai buscar junto ao grupo de trabalho definir melhor o papel dos setores público, privado e das entidades desportivas no desenvolvimento do esporte brasileiro. Todas as políticas públicas criadas com esse objetivo devem ser incentivadas, o esforço não pode ser perdido, as ações não podem ser descontinuadas. Acredito que seja essa a meta do projeto sob a coordenação do ministro. A prática esportiva é fundamental para o desenvolvimento humano, ajuda na superação de obstáculos e também na convivência em sociedade. Assim, me coloco inteiramente nessa causa e vou lutar para que tenhamos organizações limpas, transparentes e eficazes.

PING-PONG

MEMBROS da Comissão de Esporte - CESPO

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Membros: Bloco PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB Afonso Hamm (PP/RS) Adelson Barreto (PTB/SE) Alexandre Valle (PRP/RJ) Alan Rick (PRB/AC) Deley (PTB/RJ) Benjamin Maranhão (SD/PB) Fabio Reis (PMDB/SE) Edinho Bez (PMDB/SC) Fernando Monteiro (PP/PE) Ezequiel Teixeira (SD/RJ) Hélio Leite (DEM/PA) João Arruda (PMDB/PR) Hiran Gonçalves (PMN/RR) Marcus Vicente (PP/ES) Jhonatan de Jesus (PRB/RR) Pedro Fernandes (PTB/MA) Marcelo Aro (PHS/MG) Márcio Marinho (PRB/BA) Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB Andres Sanchez (PT/SP) Altineu Côrtes (PR/RJ) Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE) Chico D'angelo (PT/RJ) Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS) Fábio Mitidieri (PSD/SE) Evandro Rogerio Roman (PSD/PR) José Rocha (PR/BA) João Derly (PCdoB/RS) Goulart (PSD/SP) José Airtton Cirilo (PT/CE) Weliton Prado (PT/MG) Bloco PSDB/PSB/PPS/PV Rogério Marinho (PSDB/RN) Arnaldo Jordy (PPS/PA) Rubens Bueno (PPS/PR) Fábio Sousa (PSDB/GO) Silvio Torres (PSDB/SP) Tenente Lúcio (PSB/MG) Valadares Filho (PSB/SE) PDT Roberto Góes (AP) André Figueiredo (CE) Damião Feliciano (PB) Flávia Morais (GO) Marcelo Matos (RJ).

A preparação da delegação brasileira para os próximos megaeventos esportivos foi assunto de debate na CESPO



Superintendente executivo de Esportes do COB, Marcus Vinícius Freire

O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) apresentou a preparação do Time Brasil para os próximos dois eventos esportivos – os Jogos Pan-Americanos de Toronto, que começam dia 10 de julho desse ano, e os Jogos Olímpicos do Rio 2016 – em audiência pública na Comissão do Esporte, no dia 28 de maio.

De acordo com o COB, a delegação brasileira tem três principais objetivos para os Jogos de Toronto – superar o número de atletas classificados na última edição dos jogos pan-americanos;

ficar no top três do ranking final de resultados dos jogos; e testar processos, pessoas e projetos como uma forma de antecipar a missão brasileira em 2016.

A gerente de planejamento esportivo do COB, Adriana Behar, apontou a evolução da participação brasileira nos Jogos Pan-Americanos. “Hoje temos 588 atletas já classificados, e a expectativa é chegar a 606 atletas classificados. Comparando com as edições passadas, notamos a evolução no número de atletas participantes; isso é resultado do desenvolvimento e da melhoria esportiva, que faz com que os atletas brasileiros venham se destacando mais no cenário pan-americano”, disse.

O superintendente executivo de Esportes do COB, Marcus Vinícius Freire, lembrou que o Brasil está se preparando para os Jogos Olímpicos de 2016 desde o ano de 2009. Segundo ele, a meta estabelecida pelo comitê é o país ficar entre os dez primeiros no quadro de medalhas, mas, para chegar bem à principal competição esportiva do mundo, ter bons resultados no Pan-Americano deste ano é fundamental.

Esperanoso com um bom desempenho do Brasil no Pan e nas Olimpíadas, o deputado Sílvio Torres (PSDB-SP) disse que aprova o planejamento realizado pelo COB. “Fiquei bastante impressionado com a organização prevista. Muitas vezes, as notícias repercutem mais o lado negativo, aquelas questões que o Brasil infelizmente sofre e continuará sofrendo, mas acho que houve uma grande evolução”, disse.

Sílvio Torres ressaltou que, diferentemente do futebol, “que é extremamente blindado e cujos recursos são predominantemente privados”, os esportes olímpicos recebem mais incentivo público e têm mais atenção de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU). “Isso acabou ajudando bastante a não haver tantos problemas de desvios de dinheiro e outras coisas do tipo”, afirmou.

O deputado João Derly (PCdoB-RS) também elogiou o COB e ressaltou que, na época em que competia representando o Brasil em panamericanos, Olimpíadas e outras competições internacionais, nunca houve preparação semelhante e metas tão ousadas.

Com informações da Agência Câmara

Ministro pede aprovação de MP sobre renegociação de dívidas dos clubes de futebol



George Hilton participou de Comissão Geral no Plenário da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Márcio Marinho (centro)

O ministro do Esporte, George Hilton, defendeu no dia 28 de maio, em debate no Plenário da Câmara, a aprovação da Medida Provisória (MP) 671/15, com regras para a renegociação de dívidas dos clubes e modernização do futebol. O texto permite o pagamento das dívidas em 120 ou 204 meses, desde que os clubes atendam a uma série de contrapartidas. O deputado Márcio Marinho presidiu a Comissão Geral.

Segundo o ministro, a medida vai permitir que o dirigente seja responsabilizado por gestões temerárias e que haja práticas de boa gestão no futebol brasileiro. Questionado pelo deputado Heráclito Fortes (PSB-PI), Hilton afirmou que o governo apoia as investigações sobre a suspeita de envolvimento em esquemas de corrupção de sete executivos do alto escalão da Fifa, incluindo o ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) José Maria Marin. “Que os eventuais culpados sejam punidos na forma da lei”, disse.

O ministro George Hilton também pediu que o Congresso Nacional aprove a criação do Sistema Nacional do Esporte – a proposta está sendo formulada pelo ministério e será enviada ao Congresso até setembro.

De acordo com ele, o texto será uma lei de diretrizes e bases que vai definir o papel dos entes da federação (União, estados e municípios); o papel dos clubes, federações e confederações; metas a serem cumpridas por cada ente, além de tratar do financiamento do esporte no Brasil, incluindo fontes para financiar o esporte de base e comunitário.

Texto: Agência Câmara

Brasil e Bélgica conversam sobre questões esportivas, educacionais e culturais



Deputado Márcio Marinho questiona o ministro-presidente da Federação Valônia-Bruxelas, Rudy Demotte

O presidente da Comissão do Esporte, deputado Márcio Marinho, participou no dia 28 de maio da reunião com a delegação da Federação Valônia-Bruxelas. Estiveram presentes o ministro-presidente da Federação, Rudy Demotte, o embaixador diplomático belga no Brasil, Jozef Smets, conselheiros e assistentes.

O encontro teve como objetivo aprofundar as relações institucionais entre os países no âmbito dos temas relativos à educação, cultura, esportes, relações internacionais e coordenação de políticas, bem como promover uma agenda positiva de cooperação técnica bilateral.

Fizeram-se representar por seus respectivos presidentes as comissões da Câmara dos Deputados – do Esporte; Cultura; Educação; Relações Exteriores e de Defesa Nacional, além do grupo parlamentar Brasil-União Europeia.

Márcio Marinho aproveitou a oportunidade para levantar

alguns questionamentos ao ministro ligados à temática esportiva. “Existe alguma campanha de mobilização na Bélgica para atrair as pessoas a praticarem esporte? Ele também perguntou se há algo parecido com a Lei do Incentivo ao Esporte, pela qual o governo abre mão de receber um percentual dos impostos para que as empresas invistam em projetos esportivos”, questionou Marinho.

O ministro-presidente disse que o país não possui nenhuma campanha para conscientizar a população a praticar esportes, e que atualmente prioriza o desenvolvimento de estudo sobre os megaeventos para saber os impactos que acontecem pré e pós-eventos. Por fim, classificou a relação bilateral entre o Brasil e Bélgica de suma importância e defendeu que esta seja contínua.

O deputado Marinho colocou a Comissão do Esporte à disposição da delegação para debater e trocar experiências posteriormente.

Eu já sabia - A CPI CBF-Nike de 2001



Deputado Silvio Torres (PSDB/SP)

MEDALHA DE OURO

Nesse momento em que a cúpula do futebol mundial é abalada pela prisão de vários de seus principais integrantes, eu quero lembrar os esforços pioneiros para investigar os negócios escusos da Confederação Brasileira de Futebol, em especial a CPI CBF-Nike, realizada em 2001, da qual fui relator e que teve Aldo Rebelo como presidente. A investigação, que sofreu toda espécie de boicote e adversidade, evidenciou há praticamente 15 anos o *modus operandi* da quadilha e até de alguns de seus principais integrantes. A novidade, agora, é a ação decisiva da Justiça dos Estados Unidos. Espero que, finalmente, a rede de proteção que impede a transparência sobre os negócios da entidade seja definitivamente eliminada. Conforme já escrevi no relatório, naquela época, poucos acreditavam na viabilidade da CPI. Na "embaixada da CBF" em Brasília, uma mansão com despesas mensais milionárias, onde se ofereciam partidas de futebol *society*, festas concorridas e bem servidas de comidas, bebidas e outras atrações, os parlamentares da "bancada da bola" reagiam com gargalhadas quando comentavam a coleta de assinaturas. Mas o péssimo momento da seleção brasileira e escândalos da época, como denúncias que levaram à queda do técnico Wanderley Luxemburgo, permitiram colher as assinaturas necessárias. A "bancada da bola" reagiu. A Comissão de Constituição e Justiça resolveu declarar a CPI extinta utilizando o argumento de Ricardo Teixeira, então presidente da CBF, de que a CPI não poderia investigar contratos de "empresas privadas", como ele se refere à entidade. Com a ameaça de o tema ser levado ao Supremo Tribunal Federal, o então presidente da Câmara, Michel Temer, determinou sua instalação. Mesmo assim, foi colocada no oitavo lugar na "fila" das CPIS, e só

instalada 19 meses depois de requerida. Aproveitando as contradições da "bancada da bola" (como a disputa entre Eurico Miranda e Ricardo Teixeira) e sob forte pressão da opinião pública, a CPI conseguiu resultados notáveis. Convocou Ricardo Teixeira e o submeteu a nove horas de questionamentos que deixaram clara a falta de transparência nos contratos (Teixeira insistia na tese da "empresa privada" que não tem obrigação de prestar contas), a desorganização do futebol brasileiro, a corrupção (com dados da evolução patrimonial espantosa de Teixeira e outros cartolas) e o grande esquema de cooptação, como as doações milionárias da CBF para a eleição de parlamentares e mesadas para federações estaduais.

Já naquela época a CPI demonstrou o esquema espúrio com empresas de marketing esportivo e suas gordas comissões. Mostramos como a Traffic de J. Hawilla passou de uma empresa modesta à posição de quinta maior empresa de marketing esportivo do mundo, com faturamento de US\$ 262 milhões em 2000, no período que coincidiu com a assinatura de contratos com a CBF. Mostramos como a CBF contratou empréstimos junto ao Delta Bank norte-americano com juros extorsivos e condições desfavoráveis alheias ao mercado, como indício de evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Certamente essas informações foram importantes na investigação americana que resultou nas prisões atuais.

O trabalho da CPI demonstrou a ingerência absurda da Nike nos aspectos técnicos da seleção, como a existência de 50 "jogos Nike", amistosos a serem realizados em período de dez anos com a presença de pelo menos oito dos principais jogadores entre os titulares. Jogos na Europa, nos EUA e na Coreia dependeriam de a Nike não ter realizado partidas nesses países com outras seleções que patrocinava. É evidente que tais exigências prejudicavam a renovação da seleção brasileira e o seu adequado planejamento.

Com a aproximação do término dos trabalhos da CPI, notamos que não havia na comissão maioria para aprovar um relatório com todas as denúncias apuradas. Definimos uma estratégia: declarar encerrados os trabalhos da comissão sem a votação

do relatório final, que seria inteiramente desfigurado. E fizemos chegar à Receita Federal, Polícia Federal e ao Ministério Público Federal o inteiro teor das investigações realizadas, que resultaram na quebra de sigilo bancário e no indiciamento de Ricardo Teixeira e mais 31 pessoas. Outros procuradores nos estados também fizeram denúncias contra dirigentes de federações. Lançamos também esse relatório em livro, cuja circulação foi proibida, através da Justiça do Rio de Janeiro, por Ricardo Teixeira e seus aliados.

E, juntamente com relatório, apresentei um projeto de lei nº 4.874, de 2001, denominado Estatuto do Desporto, aproveitando a rica experiência da CPI, onde propusemos temas que até hoje aguardam definição, como: disciplinar as relações de trabalho entre entidades empregadoras e atletas; incentivar a qualificação técnico-profissional dos agentes desportivos; combater os ganhos ilícitos, a evasão fiscal e a diluição das responsabilidades por sonegação fiscal; limitação de mandato dos gestores; desenvolvimento de um sistema de assistência ao atleta profissional e ao atleta em formação; suspensão da participação em campeonatos, caso a entidade descumpra a lei; zelo do MP pela regularidade das reuniões das assembleias gerais e dos conselhos fiscais das entidades de administração do desporto; sociedades desportivas organizadas como empresas.

Também foi apresentado na Câmara o projeto de lei 1429/07, que altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998 e torna a seleção brasileira um patrimônio cultural brasileiro. Aparentemente inócuo, o projeto tem a grande qualidade de permitir o acesso do MP aos segredos da entidade. Espero que o calor da investigação feita nos Estados Unidos inspire o Congresso a aprovar essa e outras medidas para, definitivamente, passar a limpo as ações da cúpula do futebol brasileiro.

EXPEDIENTE

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Secretário-Executivo: Lindberg Aziz Cury Júnior Corpo Técnico: Alessandra Müller Vidal Guerra, Cláudio Ramos Aguirra, Flávio Silva Macedo, Paola Mara Alves Silveira, Regina Olímpia Figueira de Bessa. Jornalista responsável: Jordana Ribas. Programação visual: Akimi Watanabe. Diagramação: Jordana Ribas. Revisão: Ronaldo Santiago. Impressão: Deapa/Cgraf. Tiragem: 1.000 exemplares. Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, Sala 2, térreo. Telefones: (61) 3216-6351/52/53/54. E-mail: cespo.decom@camara.leg.br. Endereço eletrônico da Comissão do Esporte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo>